

Sumário

1. Breve Histórico. O Juizado Especial Criminal. Motivos de sua Criação. O Acordo de Não-Persecução Penal (Resolução n. 181 do CNMP) e o Plea Bargaining. Aplicação Retroativa da Lei n. 9.099/95	1
2. Os Juizados Especiais Criminais e a Obrigatoriedade de Lei Estadual para sua Criação.....	11
2.1 Os Juizados Especiais Itinerantes	12
3. A Competência do Juizado Especial Criminal. Conexão com Outros Crimes. A Lei n. 11.313/06. Penas Cumulativas Não Afastam a Competência do Juizado Especial Criminal	15
3.1 Crimes abrangidos	17
3.2 Crimes militares. Vedações do tratamento previsto na Lei n. 9099/95.....	17
3.3 Crimes contra o meio ambiente	26
3.4 Crimes de trânsito	26
3.5 Crimes eleitorais	27
3.6 Outras infrações penais.....	29
3.7 Crimes contra as relações de consumo (Lei n. 8.137/90)	31
3.7.1 Crimes contra a ordem tributária (art. 2º, da Lei n. 8.137/90)	34
3.7.2 Crimes contra a propriedade industrial (Lei n. 9.279/96)	34
3.8 Concurso de infrações penais – somatória das penas – aplicação da Lei do Juizado Especial Criminal afastada, se a soma das penas máximas abstratamente previstas superar 2 anos.....	35
3.9 Infrações penais de menor potencial ofensivo e autor do fato com foro privilegiado por prerrogativa de função.....	39
3.10 Desclassificação da imputação e possibilidade de transação penal.....	40
4. O Conceito de Infração Penal de Menor Potencial Ofensivo. Implicações	41

4.1 O conceito de infração de menor potencial ofensivo do art. 61 da Lei n. 9.099/95.....	41
4.2 O advento da Lei n. 10.259/01, que ampliou o conceito de infração penal de menor potencial ofensivo – todas as infrações penais cuja pena máxima não excede 2 anos ou multa. A Lei n. 11.313/06, que deu nova redação ao art. 61 da Lei n. 9.099/95 e ampliou definitivamente o conceito de infração penal de menor potencial ofensivo (2 anos ou multa, independentemente do rito) e pôs fim à controvérsia	42
4.2.1 Primeiro, facilita-se a possibilidade de transação penal, mais benéfica ao autor do fato. Secundariamente, a de suspensão condicional do processo.....	47
4.3 O advento do Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/03) não modificou o conceito de infração penal de menor potencial ofensivo.....	48
4.4 As contravenções penais. Competência dos juizados estaduais	55
4.5 Infrações penais de menor potencial ofensivo. Prisão em flagrante e prisão preventiva. Cabimento. A Lei n. 11.340/06. A Lei n. 12.403/11 (a Lei de medidas cautelares no processo penal)....	56
4.5.1 Prisão temporária. Não cabimento à luz da Lei Federal n. 7.960/89 ...	61
5. A Composição Civil Extintiva da Punibilidade. O Art. 74 da Lei n. 9.099/95. Hipóteses de Aplicação. Execução. Lei n. 11.340/06	63
6. A Transação Penal. Vedações. Requisitos	71
6.1 Óbices à transação penal. A Lei n. 11.340/06	74
6.2 Da necessidade de fundamentação da manifestação do Ministério Público que proponha ou recuse a formulação de proposta de transação penal	82
6.3 Consequências do descumprimento da transação penal. A posição do STJ e do STF. A Súmula Vinculante n. 35, que prevê a possibilidade de oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial	84
6.3.1 Pena de multa transacionada não paga. Consequências.....	92

6.3.1.1 Não cabimento da conversão da transação penal descumprida em prisão.....	95
6.3.1.2 Contagem da prescrição em caso de transação penal homologada e descumprida	96
6.3.2 A transação penal nos delitos de ação privada.....	96
6.4 Do não cabimento da transação penal de ofício	101
6.5 Autoridade policial a que se refere o art. 69 da Lei n. 9.099/95	102
6.5.1 Indiciamento formal em crimes de menor potencial ofensivo. Situações em que se admite e casos em que é desnecessário.....	106
6.6 Multa ou cesta básica. Legalidade	107
6.6.1 Prestação pecuniária ou multa em casos de violência doméstica. Não cabimento. A Lei n. 11.340/06	110
6.7 Proposta de transação penal que reverta em benefício do Estado. Crítica.....	112
6.8 Não cabimento de proposta de transação penal que contenha medida mais gravosa do que a prevista no preceito secundário da norma penal	114
6.9 Transação penal. Requisitos em matéria de crimes ambientais de menor potencial ofensivo	116
6.9.1 Obrigação de fazer ou não fazer.....	117
6.10 Recusa da homologação da transação penal proposta pelo Ministério Público ou querelante. Possibilidade e recurso cabível para o Ministério Público ou querelante	117
6.11 Medida cabível em caso de requerimento e designação descabidos de audiência preliminar.....	119
6.12 Possibilidade de substituição da medida transacionada a requerimento do autor do fato.....	120
6.13 A transação penal nos casos de posse e guarda de drogas para uso próprio – mudanças trazidas pelo art. 28, da Lei n. 11.343/06 ...	121

6.14	Transação penal e objetos apreendidos. Confisco: ilegalidade.....	128
6.15	Proposta de transação penal por carta precatória	129
6.16	Transação penal em caso de desclassificação da imputação.....	130
7.	A Suspensão Condicional do Processo. O Art. 89 da Lei n. 9.099/95	133
7.1	Hipóteses de aplicação.....	133
7.2	Óbices ao instituto da suspensão condicional do processo. A Lei n. 11.340/06	135
7.3	Condições da suspensão condicional do processo	140
7.3.1	Condições e especificidades em matéria de crimes contra o meio ambiente da Lei n. 9.605/98.....	142
7.4	Revogação obrigatória e facultativa do benefício.....	144
7.5	Cabimento na ação penal privada	148
7.6	Constitucionalidade do instituto da suspenção condicional do processo.....	148
7.7	Suspensão condicional do processo e concurso de crimes	149
7.8	Vedaçāo da suspensão condicional do processo de ofício.....	152
7.9	Momento da proposta de suspensão condicional do processo	157
7.10	Cabimento da proposta de suspensão condicional do processo em caso de desclassificação do delito.....	159
7.11	Suspensão condicional do processo em curso e atipicidade da conduta ou ausência de justa causa para a ação penal. Cabimento de habeas corpus.....	161
7.12	Suspensão condicional do processo e Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/06). Posições da jurisprudência	164
7.13	Prazo mínimo a ser observado entre uma suspensão condicional do processo e novo deferimento do benefício	168
8.	Princípios Adotados pela Lei do Juizado Especial Criminal	173
8.1	Princípio da oralidade	173

8.2 Princípios da informalidade e da simplicidade. A Lei n. 11.340/06.....	174
8.3 Princípios da economia processual e celeridade	177
8.4 Princípios legais implícitos.....	177
9. Da Competência e dos Atos Processuais	179
9.1 Competência pelo lugar da infração penal	179
9.2 Publicidade dos atos processuais como regra.....	180
9.3 Validade dos atos processuais, sempre que atinjam a finalidade	181
9.4 A citação no juizado. A remessa ao Juízo comum em caso de não localização do acusado.....	182
9.5 Flexibilização das formas de intimação de atos processuais, desde que assegurada a ciência ao interessado	183
9.6 Obrigatoriedade de constar do mandado de citação e intimação a necessidade de o autor comparecer acompanhado de advogado	184
10. O Rito Procedimental Sumaríssimo dos Juizados Especiais Criminais. A Denúncia ou Queixa. Audiência. Recursos.....	185
10.1 O procedimento sumaríssimo. A denúncia ou queixa. Remessa ao juízo comum de acordo com complexidade ou circunstâncias do caso.....	185
10.1.1 O art. 94, do Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/03), e o art. 41, da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/06).....	185
10.2 Citação e intimações para a audiência de instrução e julgamento ...	190
10.3 A audiência de instrução e julgamento. Número de testemunhas arroladas pelas partes	192
10.4 Dos recursos	196
10.4.1 Da apelação. Prazo e forma de interposição. Ausência de razões	197
10.4.2 Dos embargos de declaração. Hipóteses	199

10.4.3 Decisão que recebe a denúncia ou queixa. Não há recurso previsto em lei. Decisão que indefere pedido de designação de audiência preliminar ou deixa de homologar a transação penal. Ausência de previsão legal de recurso próprio.....	202
10.4.4 Mandado de segurança e habeas corpus. Competência.....	203
10.4.5 Constrangimento ilegal emanado de ato da Turma Recursal. Competência para julgamento do habeas corpus	204
10.4.6 Recurso em sentido estrito, Recurso Extraordinário, Agravo e Recurso Especial. Cabimento. Controvérsias.....	207
10.4.7 Não cabimento de embargos de divergência	209
10.4.8 Reclamação. Cabimento	210
10.4.9 Revisão Criminal. Cabimento.....	211
10.4.10 Carta testemunhável. Cabimento.....	212
11. A execução no Juizado Especial Criminal	213
12. Enunciados Criminais do Fórum Nacional Permanente dos Coordenadores dos Juizados Especiais.....	217
Referências	231